

A verdadeira razão da crise

João Paulo de Almeida Magalhães

No momento em que volta a ser aguda a preocupação com a crise econômica, torna-se de vital importância a resposta a uma pergunta elementar: as causas da crise são de tal profundidade e gravidade que a Economia não tem remédio para elas, ou estamos, contrariamente, diante de dificuldades suscetíveis de equacionamento e correção em termos econômicos mas cujo enfrentamento exige medidas politicamente inviáveis? A resposta exige recapitulação do problema que temos em nossas mãos.

É possível demonstrar que as duas distorções básicas de nossa realidade econômica presente se acham na inflação e na parada do desenvolvimento. Dívida externa, dívida interna e tendências recessivas são secundárias em relação a elas ou são problemas automaticamente equacionados em quaisquer políticas destinadas a eliminá-las. Assim sendo, os dois objetivos a serem perseguidos são: (a), para acabar com a inflação, reduzir o déficit do orçamento público de 6% para 2% do PIB e (b), para viabilizar a retomada do desenvolvimento, elevar a taxa de poupanças de 17% para 21% do PIB. Considerando que a insuficiência destas últimas se deve ao declínio das poupanças governamentais de 6% do PIB para zero é lícito afirmar-se que um ataque conjunto aos problemas da estagnação econômica e da espiral de preços deverá tomar essencialmente a forma de um aumento de receitas e declínio de despesas públicas. Vejamos as principais medidas a serem adotadas nesse sentido apontando, ao mesmo tempo, as fontes de resistência contra elas.

Aumento de impostos ou reconstituição da carga tributária: medida recusada liminarmente pelas lideranças empresariais; reconstituição parcial da participação dos impostos indiretos (IPI e ICM) em nossa estrutura tributária; medida duramente atacada pelas lideranças de esquerda; colocação das tarifas de serviços públicos e preços dos setores básicos em níveis remunerativos: rejeitada pelos consumidores em geral; suspensão temporária ou corte total de subsídios: recusado pelos diversos tipos de beneficiados; redução do ônus do serviço da dívida externa mediante moratória e/ou absorção do deságio pelo Governo brasileiro: rejeitado pelos credores externos, FMI e lideranças conservadoras em geral; modificação das condições de pagamento e remuneração da dívida interna (a partir do

momento em que sejam criadas condições para dispensar o Governo de recorrer à captação de dinheiro novo): repellido pelos aplicadores e instituições financeiras nacionais.

Como é totalmente impossível se montar um programa de estabilização econômica e recuperação do desenvolvimento sem apelo a esses instrumentos começam a surgir as soluções milagrosas do tipo comer o omelete sem quebrar os ovos. Vejamos algumas.

A primeira delas é de manter a carga tributária bruta aumentando a líquida. Isso é, o Governo que hoje devolve ao particular cerca da metade do que arrecada deixaria de fazê-lo. A idéia carece de qualquer realismo porque mais de 80% dessas devoluções tomam a forma de recursos para a previdência (politicamente irredutíveis) e juros da dívida interna (que os próprios defensores da medida não aceitam cortar).

A segunda fórmula milagrosa se acha na redução das despesas de custeio do Governo. Quanto a esta, a possibilidade de ganhos imediatos é reduzida. Economias mais significativas só podem ser obtidas a prazo médio, o que não se coaduna com a necessidade de resultados imediatos em termos de contenção do surto inflacionário e retomada do desenvolvimento.

A terceira fórmula seria a venda das empresas estatais. Essa medida, além de tipicamente de prazo médio, fornece uma suplementação de recursos provisória, ou seja, que se esgota com o fim do processo de desestatização. Não permite, portanto, eliminar o déficit estrutural do setor público.

Uma quarta medida seria a entrada de grande quantidade de poupanças estrangeiras. Ora, isso só ocorrerá depois que a inflação estiver sob controle e a estagnação eliminada. A medida não pode, portanto, ser apresentada como instrumento para solucionar esses mesmos problemas.

Em suma, respondendo à pergunta inicial, pode-se dizer com tranquilidade que a solução dos nossos problemas não tem natureza em termos estritos de técnica econômica. O que está faltando é vontade política o que, por sua vez, resulta da imaturidade das lideranças nacionais. Estas, em vez de enfrentarem corajosamente as dificuldades do país, saem em busca de soluções milagrosas capazes de oferecer resultados sem exigir sacrifícios.

João Paulo de Almeida Magalhães é professor titular da UFRJ